

RUBEM BRAGA

## DEMANDA

**Q**UANDO era candidato à Presidência (será que ainda é?) o sr. Juscelino teve medo de perder alguns votinhos no Espírito Santo por causa da questão de limites com Minas. Então prometeu solenemente, em Vitória, que seu governo resolveria a questão.

Ora, se o sr. Juscelino, como governador de Minas, não tinha resolvido o assunto — antes o agravara — não havia motivo nenhum para pensar que como presidente da República ele pudesse fazê-lo. O lado cômico da promessa é que ele prometia fazer, como presidente, uma coisa que estaria, como está, fora da alçada da Presidência...

É verdade que, chegando ao Catete, o sr. Juscelino não se esqueceu da promessa. Pediu a presença, no Rio, dos governadores dos dois Estados, disse a ambos algumas palavras amáveis, e foi cuidar (ou descuidar) de outros problemas.

Agora vem de Belo Horizonte a nota pitoresca: «As delegações dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, incumbidas do estudo de uma fórmula de **solução extrajudicial**... deliberaram sugerir aos respectivos governos que diligenciem no sentido de uma rápida **solução judicial** para a sua pendência de limites».

Isso quer dizer: eu e você temos uma demanda em juízo. Resolvemos conversar para acabar com ela. Depois de muito conversar entramos num acôrdo: tocar com a demanda...

O problema continua, assim, onde sempre esteve: no Supremo. Não se cogitou sequer de recorrer a uma outra maneira tradicional e constitucional de resolver questões de limites: a arbitragem.

E ainda bem: porque a história mostra que os mineiros aceitam a arbitragem — sempre que os árbitros resolvam a seu favor. Foi o que aconteceu durante o Estado Novo. O governo federal resolveu entregar a questão a um juiz competente e isento: o Exército Nacional. Nem o governo do Espírito Santo nem o de Minas fizeram a menor objeção aos longos e penosos trabalhos de uma comissão do Serviço Geográfico do Exército. Mas quando essa comissão redigiu seu laudo e o ditador assinou o decreto transformando aquilo em lei — um secretário do governo de Minas, o sr. Israel Pinheiro, tomou um avião, veio ao Catete, parolou com o sr. Getúlio Vargas, e conseguiu sustar, no último instante, a publicação do decreto-lei no «Diário Oficial»...

Entre um Estado grande e um Estado «mincho» o ditador não era homem para hesitar. Voltou atrás de tudo; os dignos oficiais do Exército ficaram na melancólica posição de palhaços.

De lá para cá a situação se agravou porque o desenvolvimento da região aumentou o volume dos interesses econômicos e políticos de um modo extraordinário. O Contestado é uma zona pioneira de um vigor espantoso, perfeitamente comparável ao que era, anos atrás, o Norte do Paraná. Uma intensa migração de capixabas e mineiros, mas principalmente de baianos, transforma aquela zona, que inclusive já tem atraído capitais paulistas. A madeira e o café fazem fortunas.

Bem, de qualquer maneira o sr. Juscelino já cumpriu sua promessa...

Toca a demanda.